

CANOEING DOWN: O sertão do rio São Francisco sob o olhar do estudioso-aventureiro Richard Burton¹

Antônio Fernando de Araújo Sá

Professor do Departamento de História e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe
Mestre e Doutor em História pela Universidade de Brasília

Resumo: Esse artigo tem por objetivo analisar a viagem do estudioso-aventureiro britânico Richard Francis Burton ao rio São Francisco, na segunda metade do século XIX. Esse autor vitoriano traz sua magnífica experiência etnográfica de desbravador dos usos e costumes de povos da África e Ásia para estabelecer um olhar atento e inquiridor sobre a população ribeirinha do rio São Francisco, numa análise comparativa também reveladora da ideologia imperialista da época. Entretanto, como Burton possuía enorme compreensão da vida nativa, seu relato de viagem recria a realidade observada, a partir do conhecimento adquirido em viagens, da sólida formação intelectual e de sua condição de diplomata, revelando-se como um documento importante da vida social e cultural do rio São Francisco na segunda metade do século XIX.

Palavras-chave: Brasil, Viajantes estrangeiros, Richard Francis Burton, Rio São Francisco.

Abstract: This article has the goal to analyze the travel of the British scholar and adventurer Richard Francis Burton to the São Francisco River, during the second half of the 19th century. This Victorian author brings his magnificent ethnographic experience in regard to his experience as a seeker of the uses and customs of the people of Africa and Asia to establish a certain look with attention about the local population of the São Francisco River, through a comparative and reveling analysis of the imperialist ideology of his time. However, as Burton had a exceptional comprehension of the native life, his travel report recreates the observed reality, as a result of his knowledge acquired through his expeditions, his solid intellectual formation and his condition as a diplomat, reveals to be a very important document about the social and cultural life of the São Francisco River at the second half 19th century.

Keywords: Brazil, Foreigners travelers, Richard Francis Burton, São Francisco River

¹ Esse artigo é dedicado a Victor Leonardi, historiador dos rios.

“Há algo de majestoso no aspecto do São Francisco, cujas águas turvas, aqui se elevando, ali se abaixando, acolá correndo em silenciosa grandeza, espalhadas pela brisa suave e refletindo o ouro e o azul do céu, assumem um aspecto enraivecido, triste e implacável quando algum obstáculo de excepcional importância barra seu caudaloso curso”

Richard Francis Burton (1977: p. 319)

Os rios, para os antigos no Oriente, simbolizavam a vida, pela fluidez das passagens de suas águas, trazendo, em sua fonte, nascimento e morte, origem e fim, memória e esquecimento. Desse modo, o rio era representado como travessia, tensão de mundo e Terra na história da humanidade, materializado no intenso e contraditório relacionamento do homem com a natureza.

Essa tensão criadora da vida humana inspirou vários viajantes a se aventurarem por terras e rios desconhecidos ou pouco conhecidos. Se antes, na Antiguidade, os viajantes eram guiados pelo destino, pela vontade divina, como na *Odisseia* ou em *Gilgamesh*, após a época romântica, a viagem se torna excitação, prazer e deixa de ter uma imposição alheia. O deslocar-se, com seus riscos, era uma aventura, configurando-se em outro tipo de temporalidade, fora da vida cotidiana. É por meio dos seus relatos que o viajante coloca em comunicação lugares até então separados pela distância e hábitos culturais. Nesse momento, ele era um intermediário, um elo entre culturas isoladas entre si (ORTIZ, 2003: p. 29-47).

Apesar de trazer um olhar atento de estrangeiro sobre os costumes de povos ditos atrasados, os livros de viajantes, de um modo geral, também carregam consigo certa postura etnocêntrica, que nos cabe, como historiadores, analisar e criticar (LEITE, 1997: p. 9-10).

Em visita às terras brasileiras, viajantes de diferentes nacionalidades contribuíram, especialmente no século XIX, para a reconstituição da vida social, econômica e cultural do país. Nessa época, a presença inglesa atravessava variados setores de nossa vida, chegando a alguns historiadores considerar o século XIX, para o Brasil, como um “século inglês” (SILVA, 2006: p. 104-105).

Para a historiografia e a história, podemos destacar a contribuição dos livros de Robert Southey e John Armitage e os relatos de viajantes e naturalistas, como a de Thomas Lindley (1802-1803), John Mawe (1807-1810), Henry Koster (1809-1815), George Gardner (1836-1841) e Richard Spruce (1849-1864). (SCHADEN & PEREIRA: 2002).

Dentre os viajantes ingleses, talvez o mais fascinante de todo o século XIX seja Richard Francis Burton (1821-1890). Segundo Edward Rice, Burton pode ser caracterizado como “estudioso-aventureiro”. Foi soldado, cientista, explorador, escritor e, durante boa parte de sua vida, agente secreto. Falava 29 línguas e vários dialetos. Visitou regiões bravias como Sind, Baluchistão e Punjab na Índia. Foi o primeiro europeu a entrar em Harar, cidade santa na África Oriental, e a chefiar uma expedição na África Central em busca das nascentes do rio Nilo. Mas também as traduções para a língua inglesa do *Kama Sutra* e das *Mil e uma noites*, em 16 volumes, entre 1855 e 1888, granjearam-lhe notoriedade (RICE, 1998, p. 19-20).

Seus escritos foram marcados pela vivacidade e veracidade, garantindo a Burton reconhecimento intelectual de entidades como a *Royal Geographical Society, London Ethnological Society* e *Anthropological Society of London*, tendo, nesta última instituição, presidido a mesa de instalação de suas atividades, em 1863 (GEBARA, 2010: p. 122). Sua “extensa bibliografia desafia a de qualquer outro viajante ou explorador pela variedade dos aspectos e poder descritivo” (FERRI in BURTON, 1977: p.8).

Sua vida errante foi tão repleta de aventuras que inspirou personagens de ficção em livros de Rudyard Kipling, em *Kim*, de Phillip José Farmer, em *To your scattered bodies go* (1971), ou no filme *As montanhas da lua* (1990), dirigido por Bob Rafelson, sobre sua busca das nascentes do Nilo, junto com John Speke (RICE, 1998: p. 23-24).

Essa viagem épica foi uma das principais preocupações da *Royal Geographical Society* (RGS) à época, que tentava resolver a questão das origens do rio Nilo. Entretanto, as divergências entre Burton e Speke afastaram o primeiro da RGS, pois as hipóteses do segundo se aproximavam das considerações de Roderick Murchinson, que então presidia a entidade. Em meio às controvérsias com a RGS, Burton é nomeado, em abril de 1861, cônsul britânico para a Baía de Biafra, chegando apenas em setembro em Fernando Pó, onde permaneceu até 1865 (GEBARA, 2010, p. 45-47).

Após essa primeira experiência consular na África Ocidental, ele foi transferido para Santos, onde exerceu a representação diplomática entre 1865 e 1868. Apesar de reclamar dos relatórios intermináveis que produzia sobre algodão, geografia e comércio, dedicou-se a trabalhos pessoais como tradução de Camões, de Hans Staden, uma gramática tupi-guarani, que permaneceu inédita, e o livro de viagem *Explorations of the Highlands of Brazil* (2 volumes) (RICE, 1998, p. 398-399).

Esta obra foi tardiamente traduzida, de forma incompleta, pelo historiador Américo Jacobina Lacombe, em 1941, para a Coleção Brasileira, da Companhia Editora Nacional. Somente, nos anos de 1976 e 1977, foi publicada na íntegra, com tradução de David Jardim Júnior, pela Coleção Reconquista do Brasil da Livraria Itatiaia Editora, em co-edição com a Editora da Universidade de São Paulo. Segundo Rice (1998, p. 402), os dois volumes mal foram comentados pela crítica da época, apesar de seu nome gozar nas décadas de 1850 e 1860 de certo prestígio em assuntos relacionados às viagens de exploração, geografia e antropologia.

Esse artigo pretende analisar as representações construídas pelo viajante sobre o Brasil, concentrando-se, principalmente, na parte referente à viagem de canoa em que atravessou o rio das Velhas e o rio São Francisco. Como em sua experiência na África Ocidental, Burton utilizou da liberdade do cargo consular para realizar viagens pelo interior do Brasil, mesclando interesses diplomáticos de conhecer os planaltos para futuros imigrantes com observações sistemáticas sobre o homem, a sociedade, a cultura e a natureza. Ainda que constantemente questionasse a irrelevância do cargo na estrutura diplomática britânica. (GEBARA, 2010, p. 241).

O livro é dedicado ao Lorde Stanley (Edward Geoffrey Smith Stanley – 14º Conde de Derby, primeiro-ministro de 1866 a 1868), político e estudioso da antropologia, com conhecimento adquirido não somente em gabinetes de estudo, mas na observação direta pelas viagens. Para Burton, Lorde Stanley era conhecido no Brasil por ser um estadista empenhado na conquista do progresso. Daí seu objetivo de “atrair a vossa atenção para o Brasil – região tão rica de dons da natureza, tão cheia de possibilidades ainda latentes e tão ardente de progresso – para um Império ligado a nós pelos laços do comércio e de uma alta e honrada capacidade em matéria de crédito público” (BURTON, 1941, p. 14)

Em discurso, Lord Stanley, no jantar de despedida de Burton após sua nomeação para Santos, ressaltava a importância do antropólogo no processo de expansão britânica (GEBARA, 2010, p. 122). Nesse sentido, podemos incluir o relato de Burton da produção de trabalhos produzidos no âmbito da *Anthropological Society of London*, mas também de conjunto de narrativas que descreveram, sistematicamente, as potencialidades do rio São Francisco, como as expedições de Henrique Guilherme Halfeld (1852-1858) e de William Milnor Roberts (1879-1880), da qual participaram o geólogo Orville Derby e o geógrafo e historiador Teodoro Sampaio.

Sua escrita se aproxima do que o autor considera como “uma série de fotografias, secas e rudes, de linhas ásperas e nítidas, com cores vivas e sem o menor vislumbre de brilho” (BURTON, 1941, p. 37). A qualidade do texto pode ser auferida pela fidelidade à realidade vivenciada, utilizando certos trechos em forma de diário de viagem. Em cinco meses, de 12 de junho a 12 de novembro de 1867, Burton se preocupou em registrar “as narrações ouvidas sobre os acidentes naturais, as reservas geológicas e as inscrições lapidares” (BURTON, 1941, p. 39)

Contudo, apesar da busca pela veracidade e fidelidade do relato por parte do viajante, em que as denotações são privilegiadas na narrativa, encontramos passagens poéticas na construção das paisagens descritas. Desse modo, na recriação da realidade, as funções conotativas transparecem nesse trecho de clara preocupação pictórica:

O lustroso céu azul, aprofundando-se através das folhas carnosas escuras, era a ‘moldura’, o quadro era um grande rio, flavo como o Tibre, correndo atrás dos retorcidos troncos e das raízes reforçadas pelas gameleiras. Não faltavam vida e ação ao poema. Beija-flores, pouco maiores que libélulas, com bicos vermelhos e plumagem de um verde-opalino, olhavam para os forasteiros, pousados nas mais finas e leves pontas de galhos, depois pairavam imóveis no ar, com as penas da cauda para cima e as asas piscando, enquanto mergulhavam o bico de agulha no cálice de uma flor ou esvoaçavam ao seu lado (BURTON, 1977, p. 287).

Entretanto, ao longo da narrativa, o escritor mantém certa busca pela legitimidade científica com o diálogo com relatos de outros viajantes que lhe antecederam em expedições à América, como Alexandre Humboldt, Charles Darwin, Auguste de Saint-Hilaire, Henrique Guilherme Halfeld e G. Gardner, demonstrando evidente preocupação com observações sistemáticas para a construção de um texto mais elaborado e menos espontâneo. Ao explicitar a natureza de suas fontes, o relato de Burton pode ser considerado como produção intelectual, voltado para a história, geografia e etnografia.

Assim, podemos afirmar que o relato de viagem de Richard Burton engloba as impressões pessoais sobre a realidade observada em associação com o estado do conhecimento disponível sobre a região visitada. Como propôs Dinair Andrade da Silva, na prática, “o relato de viagem pode ser, simultaneamente, diário, memória e crônica, com intensidades variáveis em cada um desses gêneros” (SILVA, 2006, p. 68).

Para trilhar as observações históricas, geográficas e etnográficas construídas pelo estudioso-aventureiro, optamos por dividir nosso artigo de forma temática.

Civilização e barbárie nos sertões do rio São Francisco

Por compartilhar da experiência imperial inglesa, os livros de Burton foram marcados por figuras retóricas vinculadas a estereótipos sobre povos bárbaros ou primitivos, especialmente quando utiliza de comparações com africanos e indianos. Mesmo quando nutria solidárias associações com os árabes, ele era um imperialista. Para Edward Said (1990, p. 202), “o mais relevante é que Burton pensava de si mesmo como um rebelde contra a autoridade (donde a sua identificação com o Oriente como um lugar de liberdade em relação à moral vitoriana) e como um agente potencial da autoridade do Leste”.

O imperialismo e o colonialismo não são simples atos de acumulação e aquisição, mas são também sustentados por potentes formações ideológicas em que o vocabulário é composto por palavras e conceitos como “raças inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade” (SAID, 1995, p. 40).

No caso do livro sobre o Brasil, algumas passagens são reveladoras da visão depreciativa de aspectos da vida nos sertões brasileiros, ao serem comparadas com regiões percorridas na África. Podemos mencionar o caso do *ajoujo* ou balsa em que vai realizar a viagem pelo rio das Velhas: “Jamais vira embarcação tão decrepita (...), semelhante a uma carroça de ciganos flutuante” ou compara os campeiros (negros) da região de Jaguará, com selvagens da Somália (BURTON, 1977, p. 13 e 35).

Entretanto, diferentemente da África, o viajante inglês percebe potencialidades e possibilidades concretas do Brasil. Burton chega inclusive a questionar alguns posicionamentos políticos da Inglaterra com relação à pressão inglesa para conter o tráfico escravo, afirmando que a abolição deve ser condicionada à imigração europeia. Desse modo, ele se aproximava das posições da elite imperial brasileira. A ideia do Brasil como país do futuro atravessa todo o livro, colocando-o como parceiro comercial privilegiado para a Inglaterra (GEBARA, 1999, p. 142).

O avanço do processo civilizatório do Brasil estava diretamente relacionado com o desenvolvimento do comércio e da comunicação, seja pelas estradas de ferro ou linhas de navegação fluvial, obviamente com o financiamento do capital inglês.

Por outro lado, o processo de branqueamento do Brasil defendido pelas classes dominantes brasileiras também era compartilhado por Burton. Para ele, os irlandeses poderiam, sob a firme disciplina e a mais estrita fiscalização, colaborar com o progresso nos trópicos e que a região tem qualidades satisfatórias para a cultura do algodão, de

que os industriais ingleses tanto precisavam por conta da Guerra de Secessão, nos Estados Unidos da América (BURTON, 1941, p. 35).

Alguns trechos da narrativa explicitam a ambiguidade e a dificuldade do aventureiro em conviver com negros libertos no Brasil. Burton comenta as atividades de Ciríaco Ferreira, negro velho alto e magro, “com um aparelho mastigatório dos mais esquisitos e testa pequena e franzina”. Para o viajante, o “negro tinha sido um homem bom e fiel como escravo; uma falsa ideia de caridade o emancipara e, como a liberdade, surgiram os males da raça”. O explorador o chamou de “teimoso como uma mula” e reclamou de que “andava em nossos calcanhares”. Retomando a postura de superioridade racial, Burton proferiu “algumas palavras fortes e ameaça de ação logo fizeram o velho escravo voltar ao seu lugar, mas, de vez em quando, ele ainda deixava escapar um arrebatamento de recente homem livre” (BURTON, 1977, p. 263).

Numa nota de rodapé, comenta sobre uma coleção de peles no Rio das Velhas, que são caras e utilizadas para forros de selas, coldres de garruchas ou mesmo bonés de caça, afirmando que, “em geral, as peles são muito maltratadas, como se tivessem sido trabalhadas por negros” (BURTON, 1977, p. 31)

Em outro trecho, registra a ambiguidade em lidar com Mariano, natural de Petrolina, com sua “imensa e torcida cabeleira cor de azeviche provara sua ascendência africana”. Burton simpatizava com o negro por cantar bem e possuir um repertório imenso, o que lhe granjeara notoriedade como repentista, conhecido como “Manjar de Cão”. Mas com relação ao seu trabalho, o viajante sentiu um alívio quando foi embora. Para Burton, o princípio jurídico “*partus sequitur ventrem*” é verdadeiro em mais de um sentido, revelando o preconceito racial subjacente nesta afirmação (BURTON, 1977, p. 305).

Essas observações demonstram sua proximidade com as teses da determinação racial como fator explicativo da inferioridade do negro com relação aos europeus. Sua posição social e as tendências aristocráticas sugerem uma classificação do negro como inferiorizado e que para civilizar-se precisaria da tutela e influência das classes superiores da humanidade (GEBARA, 2010, p. 237-243).

As concepções de cunho evolucionistas já se faziam presentes nos seus relatos sobre a África Central, acentuando-se nos da África Ocidental. No caso da narrativa sobre o Brasil, vemos que, apesar de dedicar o livro à Lorde Stanley, defensor das ideias poligenistas (subordinação da cultura à raça), Burton se aproxima cada vez mais ao monogenismo (associação à etnologia e à diferenciação ao longo do tempo devido a

fatores externos, como o clima). (GEBARA, 1999, p. 145-147). Entretanto, essas ideias mesclavam-se, às vezes de forma contraditória, em seus livros.

A descrição física dos índios da Ilha da Assunção no São Francisco é detalhada e aproxima Burton da antropologia física de James Hunt. Quando de sua chegada, é recebido com “belicosidade”, quando os moradores surgiram com facas e pequenos arcos e setas. A caracterização do índio se ancora numa descrição formal do tipo físico que o distingue. Apesar de longa, a descrição é valiosa para se compreender as ideias antropológicas vigentes na segunda metade do século XIX, mesmo que não possamos afirmar que Burton reproduza, no todo, as teorias raciais e antropológicas europeias:

Os antigos selvagens já tinham todos morrido, e aquela gente era, em sua maioria, de sangue misturado; seus cabelos emaranhados vinham da África. Os puro-sangue mostravam os conhecidos indícios: cabeças grandes de calmuços, rostos largos de mongóis, com maçãs no rosto muito salientes; olhos oblíquos de chinês, com bastante frequência ‘bridés’, antes castanhos que pretos e cujo olhar se prendia fixamente aos objetos; sobrancelhas escuras e espessas; bigodes ralos encimando a boca grande, cheia de dentes pontudos, e barbas pequenas que não cobriam os pescoços compridos e maciços. O cabelo, caindo sobre a testa, era o do hindu, mais e grosso que o do puro caucasiano. O nariz tinha um abominável sinal de vulgaridade, pequeno e chato, com grandes ventas. (...) As extremidades mostravam aquela delicadeza de tamanho e formato que se transmitiu de maneira tão acentuada para o sangue brasileiro, e a pele era amarelo-bronzeada, e avermelhada apenas quando exposta à luz e ao ar (BURTON, 1977, p. 315).

Nessa parte do livro, o autor comenta ainda sobre as ruínas das missões jesuíticas do São Francisco, infeliz surpresa para um país tão jovem. Sua interpretação se aproximava da do historiador inglês Robert Southey (DIAS, 1974) sobre a importância civilizatória dos jesuítas de ensinar aos neófitos indígenas a “civilização do trabalho”. Contudo, os índios aldeados deixaram “cair suas capelas e estão voltando rapidamente à selvageria” (BURTON, 1977, p. 310).

A visita a Rodelas, “aldeia de caboclos” e suas “cabanas miseráveis”, reiterou sua simpatia com os antigos jesuítas em contraposição com os padres modernos, ao relatar o caso do missionário que atendia à comunidade e tinha entre suas preferências sexuais as “caboclas de menos de doze anos”. Uma delas fugiu e contou ao delegado de polícia, que imediatamente prendeu o reverendo, obrigando-o a sair do lugar (BURTON, 1977, p. 320).

Entretanto, sua narrativa demonstra surpresa quanto ao grau de civilidade encontrado nos sertões brasileiros, o que pode justificar sua esperança no futuro do país. No trecho entre Remanso e Juazeiro, o aventureiro avistou alusões civilizatórias nas roupas velhas

francesas do patrão do barco, mas foi com o roceiro que viu as verdadeiras provas de civilização, por ser mais diligente do que o cidadão, discordando da visão dos intelectuais do Rio de Janeiro de que, nos sertões, “o atraso é total” (BURTON, 1977, p. 283).

Em 14 de outubro de 1867, ao passar pela Vila de Remanso, ele registra sinais de adiantamento na venda de cerveja no comércio, uma “prova de civilização” (BURTON, 1977, p. 273). Em Carinhanha, o viajante também se surpreendeu com o “aspecto civilizado, em meio de toda aquela gente de cor”, do médico João Lopes Rodrigues, formado no Rio de Janeiro, que reclamava da “preguiça do sertão e da falta absoluta de estímulo” (BURTON, 1977, p. 224).

Esse médico proporcionou-lhe o luxo de um sofá e cadeira de balanço, velas de cera, um mapa de guerra e uma fotografia. Como outros viajantes estrangeiros, o autor comenta que a “hospitalidade é o que mais retarda as viagens no Brasil”, com seu velho estilo de recepção colonial (BURTON, 1977, p. 39).

As disputas políticas entre liberais e conservadores emergiram do contato com Rodrigues, pois o delegado de Polícia, Capitão Teotônio de Souza Lima, liberal, sequer acusou recebimento da carta de apresentação por conta da companhia do médico, que era conservador (BURTON, 1977, p. 226).

A origem dessas disputas foi registrada por Burton no início do seu livro, quando observa que a pequena cidade de Santa Luzia, em Minas Gerais, foi sede do governo provisório em 8 de julho de 1842, até que em 20 de agosto o Marquês de Caxias derrotou os insurgentes, aprisionando os chefes Ottoni, José Pedro, Padre Brito, Joaquim Gualberto e outros. Desde esse dia ficaram conhecidos como “luzias” (BURTON, 1977, p. 18). Sua viagem demonstra que a magnitude da contenda política entre conservadores e liberais que se estendia por todo o sertão do São Francisco.

A cidade de Pilão Arcado produzia ouro de suas montanhas, rapadura e era o centro das salinas, que eram exportadas a jusante e a montante do rio. Entretanto, a decadência da cidade fora motivada pela guerra privada entre as famílias Guerreiro e Militão. A primeira família foi liderada por Bernardo José Guerreiro e a segunda pelo comendador Militão Plácido de França Antunes, destacado valentão que desafiou por uma década o poder do Governo Imperial. Homem de grande coragem pessoal foi comparado por Burton a certo St. Paul da Escócia. Vemos aqui relativa simpatia do autor ao “brigador

Militão” na comparação com o personagem escocês, dando-lhe um caráter heroico e aristocrático dos espaços incivilizados (BURTON, 1977, p. 271-272).

Geraldo Rocha disserta sobre o valentão, situando os conflitos entre os Guerreiro e os Militão no contexto das lutas políticas do processo de emancipação política do Brasil e do 7 de abril de 1831, quando da abdicação de D. Pedro I. Como Bernardo Guerreiro era português, havia um sentimento nacionalista por trás da luta política, desencadeada pela bofetada dada por este contra Militão de França Antunes. Esse fato resultou no extermínio do último dos Guerreiro no cerco da fazenda Sento Sé, Antônio Guerreiro e seus dois escravos. Como era de praxe naqueles tempos, além de se livrar dos processos instaurados contra ele, Militão recebe a comenda da Ordem da Rosa, legitimando a liderança até sua morte em 1865 (ROCHA, 1983, p. 34-39).

Esses relatos de Burton e de Rocha são um claro exemplo do fenômeno do mandonismo presente na cultura política brasileira desde os tempos coloniais.

O rio São Francisco como fator de integração nacional

A travessia no rio São Francisco foi marcada por enormes dificuldades com os acidentes naturais e as tempestades vivenciadas. Em meio à precariedade da canoa que o conduziu de Sabará até as cachoeiras de Paulo Afonso, Burton buscava apoio das autoridades locais, com cartas de apresentação e de recomendação, escritas, por exemplo, pelo delegado de polícia em Ouro Preto, Leandro Hermeto da Silva. Apesar de viajar pouco, o delegado “reunira grande variedade de informações; sua sede de conhecimento era ilimitada, e muitas vezes, passava metade da noite estudando. (...) Escreveu para mim várias cartas de apresentação, destinadas a seus amigos no grande rio” (BURTON, 1977, p. 164).

Em meio ao desconhecimento geral dos brasileiros sobre o rio São Francisco, Burton chega a vê-lo como “a futura base do Império através da grande artéria, de modo a poder tornar conhecida a enorme riqueza e a imensa variedade de suas produções” (BURTON, 1941, p. 26)

Desse modo, sua narrativa foi marcada pela sua condição consular de representante da Coroa inglesa nos trópicos, revelando a preocupação comercial da Inglaterra sobre o Brasil do século XIX, tanto projetando o rio como via de navegação entre o sertão e o Oceano Atlântico e o comércio mundial, como a possibilidade de que os planaltos

brasileiros poderiam se tornar um lugar de assentamento de imigrantes para a América do Sul (RICE, 1998, p. 399-400).

A ideia do rio São Francisco como fator de integridade do Império defendida por Burton (1977, p. 182), como via de comunicação entre o litoral e o sertão, o norte com o sul, antecipou as ideias defendidas por Vicente Licínio Cardoso sobre a importância do vale do rio São Francisco como *fator histórico-geográfico* para a unidade étnica, social e política do Brasil (CARDOSO, 1979, p. 8).

A potencialidade civilizatória do rio São Francisco identificada por Burton através do desenvolvimento comercial pode ser encontrada também na assertiva de João Ribeiro, em *História do Brasil* (1900), quando o coloca como “o grande caminho da civilização brasileira” (RIBEIRO, 1967, p. 137).

Essa tese sobre a centralidade do rio São Francisco na formação da sociedade brasileira “confere primazia aos condicionamentos de natureza geográfica nos processos históricos” (LIMA, 1999, p. 59), sendo também defendida posteriormente por autores como Euclides da Cunha.

No momento em que escreve seu livro, Burton critica a negligência dos brasileiros quanto à utilização das vias fluviais, reiterando que as “comunicações pelo vale do São Francisco são ainda embrionárias” (BURTON, 1977, p. 183). Como exemplo, o viajante cita a experiência mal sucedida do primeiro vapor empreendida por M. William Kopke, em 1833-1834. Após obter a concessão para navegar o rio das Velhas e depois São Francisco, Kopke “foi obrigado a construir ele próprio a maior parte das máquinas (...). A experiência foi bem sucedida até ali, mas não para adiante; o vapor tendo batido num tronco submerso, naufragou” (BURTON, 1977, p. 28).

Coetâneas à viagem, iniciativas relevantes para a navegação a vapor podem ser registradas como o trajeto entre Porto das Piranhas e a Vila de Piassabussu, iniciado em agosto de 1867 e, em 1869, o *Saldanha Marinho* singrou pela bacia do Médio São Francisco. As “gaiolas” a vapor introduziram modificações importantes na economia e cultura ribeirinha, com o florescimento da navegação fluvial, marcando, indelevelmente, a memória ribeirinha do sertão do São Francisco (BURTON, 1977, p. 186).

Curioso observar que não há qualquer menção na descrição das barcas por Richard Burton em 1867 das famosas figuras (carrancas), o que sugere que não eram ainda tão

difundidas ou mesmo não existiam como componente cultural dos barqueiros (NEVES, 1998, p. 96).

Por outro lado, seu relato explicita as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores das embarcações no rio São Francisco na segunda metade do século, bem como o perfil racial e social desses trabalhadores, mostrando seu preconceito aos valores culturais da cultura afro-brasileira. Ao descrever as embarcações, comenta que as barcas somente começam a singrar o rio São Francisco por volta dos anos 1820. A tripulação de uma embarcação média é, em média, de dez homens. O piloto ou mestre fica sentado ou em pé junto do leme, na popa. Os homens trabalham pesadamente, com varas de cerca de 7 metros de comprimento ou enormes remos. Para a viagem pelo grande rio, Burton contratou os serviços de Manuel Casimiro de Oliveira e Justino Francisco da Conceição, “ambos muito pretos”, “bem educados e cumpridores do dever” (BURTON, 1977, p. 173).

Contudo, Burton reclama da tripulação que simpatizava com as “orgias da terra”: cachaça, mulheres, samba e pagode noturno. Ele descreve a aptidão dos barqueiros para a zombaria leve e a caçoadá, que é uma característica não muito simpática e pouco civilizada. Uma das formas encontradas é a improvisação de canções sobre o patrão, como forma de resistência às duras condições de trabalho. Ao final, o viajante já simpatizava com a balbúrdia nas barcas, afirmando que quanto “mais alto eles cantam, melhor a viagem” (BURTON, 1977, p. 174).

Cultura e religiosidade popular no sertão do rio São Francisco

Como escritor erudito, vê-se que o aventureiro estudioso preocupava-se em registrar a poesia de lugares incivilizados em que predominam traços de populações não europeias. Seria uma preocupação comum a viajantes e folcloristas da segunda metade do século XIX, que sentiam a necessidade de registrar hábitos, crenças e gestos vivenciados no cotidiano rural e popular, que poderiam desaparecer por conta do avanço da modernidade no Brasil.

A descrição das romarias em Bom Jesus da Lapa faz-nos compreender a religiosidade popular dos sertões do São Francisco. Burton critica a imaginação de Sebastião da Rocha Pita que vê uma entrada tão grande na gruta sagrada, que poderia caber uma cidade, um sino de pedra feito pela natureza e prontos para ser usados pelo homem. A gruta sagrada era flanqueada por “finas pilastras de tijolo queimado e cal”. O altar mor

fica na extremidade mais distante e mais larga da caverna e o santuário tem na frente um elevado arco central e dois de tamanho menor repletos de ex-votos. Chama-lhe atenção o crucifixo colorido, que Burton chama de pavoroso estilo moderno. A esse centro de romaria vem visitar “devotos de todas as direções e das maiores distâncias (BURTON, 1977, p. 232 e 233).

De fato, o Bom Jesus da Lapa foi e é a maior devoção dos beiradeiros do São Francisco e o seu santuário remonta ao desbravamento da região, em 1704. Segundo Burton, foi descoberto pelo Padre Francisco de Mendonça (ou da Soledade) que “entronizou as imagens de Nossa Senhora do Bom Jesus e Nossa Senhora da Soledade, e o Arcebispo Dom Sebastião Monteiro de Vide, depois de mandar ali um visitante, criou uma capela na Lapa, confiando-a ao Padre Soledade” (1977, p. 234).

O estudioso aventureiro observou que quanto mais aumentavam “os perigos do rio, também o vai à crença nas coisas invisíveis” (BURTON, 1977, p. 311). As superstições serviam para explicar acidentes e contratempos da viagem. Um barqueiro chamado de Barba de Veneno encontrara um pé de cera, possivelmente um ex-voto que se perdera a caminho de Bom Jesus da Lapa, mas foi esquecido de levá-lo para o santuário. Segundo ele, todos os problemas nesse trecho da viagem foram atribuídos a tal descuido. O nome oficial desse barqueiro era Manuel Felipe Barbosa e era famoso por sua verve poética de improvisar versos metrificadas. Segundo Burton, “falava pelo cotovelo e a fluência e virulência de sua sátira tornaram-no um repentista famoso” (BURTON, 1977, p. 219). Herdada de Portugal, o desafio é uma disputa poética cantada, mesclando parte improvisada e parte decorada. Essa modalidade poética desenvolveu-se em todo o Brasil, mas é mantida mais no sertão do que no litoral. O que chama atenção no desafio é o que percebeu Burton em Barba de Veneno: a agilidade na réplica, a facilidade da rima do verso, a precisão do ritmo, a imaginação profícua e comparações hilariantes (TRIGUEIROS, 1977, p. 88).

Naquela passagem do livro é perceptível a relevância dos barqueiros e remeiros na difusão dos milagres do Bom Jesus da Lapa, que, em geral, não tocavam nas cabaças que desciam o rio, levando as oferendas ao Senhor Bom Jesus (NEVES, 1998, p. 242).

Sobre as numerosas superstições dos barqueiros e ribeirinhos, Burton registra o “cavalo d’ água”, muito pouco difundido, já que não encontramos referência a ele em livros sobre o folclore do São Francisco. “Aquela besta é do tamanho de um poldro, com

cascos redondos, pelo vermelho e gosta de pastar nas margens dos rios” (BURTON, 1977, p. 174).

A lenda do Minhocão, com seus “40 metros de comprimento por 70 centímetros de diâmetro, forma de barril, sem escamas, cor de bronze e uma boca pequena e bigoduda”, “representa um papel tão importante quanto o dragão na China” para os remeiros e barranqueiros. Para o viajante, essa superstição era de origem indígena (BURTON, 1977, p. 174).

As histórias do Minhocão “abrangem áreas vastíssimas no vale do São Francisco e as versões comprobatórias abundam, cada qual contada com o maior luxo de pormenores” (TRIGUEIROS, 1977, p. 120). Mas como é de se prever o bicho nunca foi visto por alguém.

Burton relatou ainda a Mãe d’Água, um espírito, uma sereia que habita o fundo do rio:

De formas perfeitas, desdenhando de todo a cauda de peixe e vestida apenas pelos fios dourados da cabeleira, é também uma sereia. Seus olhos exercem uma fascinação irresistível e ninguém consegue livrar-se da atração de sua voz. Gosta de rapazinhos (...) e seduz os barqueiros bonitos (BURTON, 1977, p. 175).

Trigueiros (1977, p. 113) registrou que ela reina nas profundezas do rio, com sua corte de entidades inferiores como moleques d’água e negros d’água. O remeiro crédulo para aplacar a ira da Mãe d’Água atira dinheiro ao rio, comida ou orações metidas em cabaças, dádivas em troca de favores para que se salve em naufrágios e acidentes eventuais.

O vale do São Francisco não é apenas um todo econômico e social, mas também um todo dialetal inconfundível, em que pese às variações ocorrentes. Sua linguagem áspera e rebelde, mas sempre viva, “oferece todas as entranhas cambiantes da vida que leva; vida de renúncias, de provações, oscilando entre dois flagelos periódicos – as secas e as inundações” (TRIGUEIROS, 1977, p. 17). Contudo, seu adagiário é repleto de sabedoria e malícia, com seu senso de realismo cru. Seus contos e lendas têm figuras encantadas do desencanto, os ditos de duplo sentido e a arte de falar por eufemismo é o forte do sertanejo do São Francisco.

Como em outros viajantes do vale do São Francisco, a descrição da natureza ganhou destaque ao longo da narrativa de Burton. Sua preocupação em produzir conhecimento científico pode ser identificada quando afirmou que o naturalista que se dedicar à ictiologia do São Francisco poderá ter resultados estupendos como Agassiz na coleta de

dados (BURTON, 1977, p. 182). O estudioso-viajante citou ainda, entre outros peixes, o surubim, a traíra, o curimatã, a piranha, o cari, o mandim, o pirá e a curvina.

Burton também registrou a fauna sanfranciscana, mencionando o mocó, o maracajá, o jacu, o veado, a pomba, a onça, entre outros animais. Mas talvez o que mais chamou a atenção do viajante foi a riqueza da sua flora, registrando, entre outros, o faveleiro, o salgueiro, a catinga-de-porco, o cansanção-maior, a caraíba do campo, o quipá, o cabeça de frade, o xique-xique, o araçazeiro, o facheiro, o tingui, o pau-pereiro, o caroá-rajado, a caraíba, a catingueira, a jurema-preta, a imburana, o angico, a macela-do-campo, a cagaita, o cajueiro, o jatobá, a carnaúba, a jabuticabeira, o embuzeiro, o murici, o puçá, a mangabeira e o coqueiro.

Em meio à riqueza natural, ele aponta o potencial agrícola do cultivo da uva, antecipando-se ao desenvolvimento vinícola do São Francisco nos dias atuais. Quando de sua chegada à Juazeiro, conheceu o capitão Antônio Ribeiro da Silva Júnior, filho da terra e que já visitara a Europa. No jantar em sua casa, Burton descreve o jardim com cinco belas parreiras, com cinco anos de idade. “É uma região de uvas, e quase todas as casas têm um parreiral; as parreiras produzem, durante todo o ano, uma *Uva durencina* (...). Muito se tem escrito sobre a capacidade de produzir o Brasil, seu próprio vinho” (BURTON, 1977, p. 294), Essa ideia não é partilhada pelo viajante que não crê num bom vinho produzido em região onde as estações quente e a chuvosa são concomitantes, mas um bom vinagre.

O impacto da “rainha das cachoeiras”, Paulo Afonso, na narrativa de Burton pode ser percebido pela opção de lhe dar um capítulo específico para o espetáculo experimentado pelo viajante. “Mágica, posso observar, é a atmosfera de Paulo Afonso”. É o “inferno de águas” referendo em sua “expressão de glória e majestade” (BURTON, 1977, p. 346).

Ao compará-la com a beleza natural do Niágara, Burton se aproxima das imagens registradas por outro viajante Robert Avé-Lallemant, que visitara as cachoeiras de Paulo Afonso em 1859. Para este, o Niágara pode ser maior em volume de água, mas nenhuma cachoeira de idêntica dimensão colossal “sobrepuxa o salto do S. Francisco” (AVÉ-LALLEMANT, 1980, p. 320). Para aquele, “Se o Niágara é o monarca das cataratas, Paulo Afonso é, incontestavelmente, o rei dos rápidos” (BURTON, 1977, p. 348)

Uma fotografia contemporânea ao relato de Burton realizada por Théophile Auguste Stahl (1828-1877), mais conhecido no Brasil como Augusto Stahl, em 1860, dá-nos a

magnitude da cachoeira de Paulo Afonso, com suas quedas de até 80 metros de altura. Foi,provavelmente, com essa imagem que, cansado, Burton concluiu, com sucesso, sua missão de conhecê-la, deixando-nos registrado no livro um rico painel histórico, social, cultural e natural dos sertões do São Francisco na segunda metade do século XIX.



Augusto Stahl – Cachoeira de Paulo Afonso (1860). Capturado em <http://virtualiaomaniesto.blogspot.com.br/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVÉ-LALLEMENT, Robert. *Viagens pelas Províncias da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (1859)*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da USP/Itatiaia, 1980.
- BRASIL, Vanessa Maria. *Margens e veredas do São Francisco: As vozes do Rio*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ, 1999 (Tese de doutorado em História Social)
- BRASIL, Vanessa Maria & GANDARA, Gercinair Silvério. *Cidades, rios e patrimônios: memórias e identidades beiradeiras*. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2010.
- BURTON, Richard Francis. *Viagens aos planaltos do Brasil (1868)*. 1º. Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941 (Coleção Brasileira, vol. 197).
- BURTON, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. São Paulo/Belo Horizonte: Editora da USP/Itatiaia, 1977.
- CARDOSO, Vicente Licínio. *À Margem da História do Brasil*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979 (Coleção Brasileira, v. 13).
- CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. *Dados*. Rio de Janeiro, vol. 40, n. 2, 1997.
- DIAS, Maria Odila da Silva. *O fardo do homem branco: Southey, historiador do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974 (Coleção Brasileira, v. 344).
- GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. *A experiência do contato: As descrições populacionais de Richard Francis Burton*. São Paulo: Departamento de História/Faculdade de Letras, Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999 (Dissertação de Mestrado).
- GEBARA, Alexsander. *A África de Richard Francis Burton: Antropologia, política e livre-comércio (1861-1865)*. São Paulo: Alameda, 2010.
- LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem (1803/1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUPERJ/UCAM, 1999.
- NEVES, Zanoni. *Navegantes da Integração: Os Remeiros do Rio São Francisco*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 1998.
- ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. 2ª edição. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

PINTO, Olivério M. Oliveira. Viajantes e Naturalistas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira(O Brasil Monárquico)*. Tomo II, 3º volume. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

RIBEIRO, João. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1967 (Coleção Brasileira de Ouro).

RICE, Edward. *Sir Richard Francis Burton: O agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe As mil e uma noites para o Ocidente*. 2ª. edição revista. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROCHA, Geraldo. *O rio São Francisco: Fator precípua da existência do Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional/CODEVASF, 1983 (Coleção Brasileira, volume 184)

SAID, Edward W. *Orientalismo: O oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHADEN, Egon & PEREIRA, João B. B. Explorações antropológicas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira(O Brasil Monárquico)*. Tomo II, 3º volume. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

SILVA, Dinair Andrade da. *Viajante estrangeiro, Cultura e relações internacionais: Auguste de Saint-Hilaire (1816-1822)*. Brasília: Casa das Musas, 2006.

TRIGUEIROS, Edilberto. *A língua e o folclore da bacia do São Francisco*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.